Nota para a Imprensa

28.07.2025





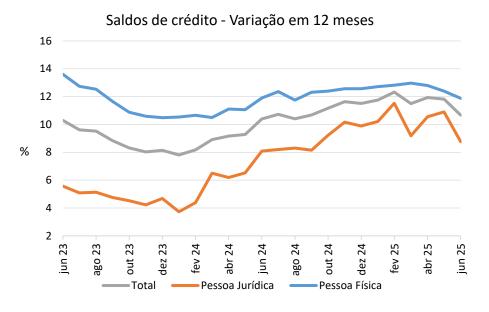
1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

Em junho, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro atingiu R\$19,3 trilhões (157,5% do PIB), com alta de 0,9% no mês, refletindo, principalmente, os acréscimos de 2,9% nos títulos públicos de dívida e de 2,1% nos títulos de dívida securitizados. Em doze meses, o crédito ampliado cresceu 10,6%, com avanços nos títulos públicos de dívida (12,2%), nos empréstimos do SFN (10,1%), nos títulos de dívida securitizados (25,6%) e nos títulos privados de dívida (16,3%).

O crédito ampliado às empresas somou R\$6,6 trilhões em junho (54,1% do PIB), redução de 0,6% no mês, ressaltando-se o decréscimo de 3,8% nos empréstimos externos, influenciado pela apreciação cambial de 4,41%. Em relação a junho de 2024, houve crescimento de 9,1%, resultado principalmente de elevações de 19,9% em títulos de dívida e de 6,2% nos empréstimos do SFN.

O crédito ampliado às famílias situou-se em R\$4,5 trilhões (36,4% do PIB), com expansões de 0,4% no mês e de 11,9% em doze meses, refletindo o desempenho dos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)



O saldo das operações de crédito do SFN assinalou expansão mensal de 0,5% em junho, totalizando R\$6,7 trilhões. Esse desempenho decorreu, basicamente, dos incrementos de 0,6% no crédito destinado às empresas e de 0,4% às famílias, que somaram R\$2,5 trilhões e R\$4,1 trilhões, respectivamente. Em doze meses, saldo operações de crédito do SFN em junho apresentou menor

ritmo de crescimento em relação ao observado no mês anterior, com incremento de 10,7% ante 11,8%. Por segmento, observadas as mesmas bases de comparação, o crédito às pessoas jurídicas e o crédito às pessoas físicas registraram arrefecimento, com altas de 8,8% ante 10,9% e de 11,9% ante 12,4%, na mesma ordem.

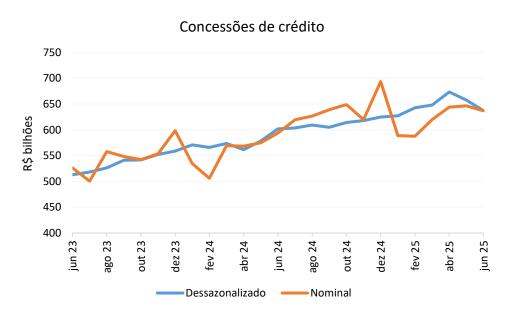
O saldo de crédito com recursos livres alcançou R\$3,9 trilhões em junho, com altas de 0,4% no mês e de 9,7% em comparação a igual período do ano anterior. No crédito livre às pessoas jurídicas, saldo de R\$1,6 trilhão, com altas de 0,6% no mês e de 6,2% em doze meses . Destacaram-se as expansões em adiantamentos de contratos de câmbio – ACC (+4,3%), capital de giro total (+0,9%) e outros créditos livres



(+2,4%), e o recuo da carteira de desconto de duplicatas e outros recebíveis (-1,9%), influenciada pela alteração da alíquota do imposto sobre operações financeiras (IOF) sobre as operações de risco sacado a partir de junho.

O crédito livre às pessoas físicas totalizou R\$2,3 trilhões em junho, com crescimentos de 0,3% no mês e de 12,4% em doze meses. Destaques para financiamentos para aquisição de veículos (+0,9%), cartão de crédito total (+0,3%) e crédito pessoal não consignado (+0,4%), bem como para a diminuição da carteira de crédito pessoal consignado para beneficiários do INSS (-1,1%) decorrente dos impactos das medidas restritivas para concessão do crédito adotadas por aquela autarquia.

O saldo de crédito com recursos direcionados alcançou R\$2,8 trilhões em junho, com incrementos de 0,5% no mês e de 12,0% em doze meses. O crédito direcionado às empresas totalizou R\$946,5 bilhões, com acréscimos de 0,7% no mês e de 13,3% em doze meses, enquanto o destinado às famílias avançou 0,4% e 11,3%, na mesma ordem, somando R\$1,9 trilhão.



As concessões de crédito do SFN totalizaram R\$636,9 bilhões em junho. Nas séries sazonalmente ajustadas, as concessões recuaram 3,1% no mês, com redução de 7,5% nas operações com pessoas jurídicas e expansão de 1,4% nas operações com pessoas físicas. Nos doze meses acumulados concessões junho, as nominais cresceram 13,9%, com altas de 17,7% nas operações com empresas e

de 10,9% nas operações com as famílias. As concessões nominais médias diárias avançaram 3,4% em junho comparativamente ao mês anterior, ressaltando-se a ocorrência de um dia útil a menos em relação a maio.

A taxa média de juros das concessões de crédito do sistema financeiro atingiu 31,5% a.a., com redução de 0,1 p.p. no mês e alta de 3,6 p.p. na comparação com junho do ano anterior. Nas operações com as empresas, a taxa média recuou 0,1 p.p. no mês e aumentou 2,8 p.p. em doze meses, situando-se em 21,2% a.a. Nas operações pactuadas com as famílias, a taxa média de juros manteve-se estável no mês e avançou 3,8 p.p. em doze meses, situando-se em 36,3% a.a.

O *spread* bancário, que mede a diferença entre as taxas médias de juros das operações de crédito e o custo de captação, alcançou 20,4 p.p., mantendo-se estável no mês e aumentando 1,8 p.p. em doze meses.



No crédito livre, a taxa média de juros situou-se em 45,4% a.a. em junho, assinalando estabilidade no mês e elevação de 5,4 p.p. em doze meses. No crédito livre às pessoas jurídicas, a taxa média de juros cresceu 0,1 p.p. no mês e 3,5 p.p. em doze meses, situando-se em 24,3% a.a. A taxa média de juros do crédito livre às pessoas físicas atingiu 58,3% a.a. em junho, mantendo-se estável no mês e assinalando aumento de 5,7 p.p. em doze meses.

Em junho, o efeito da variação das taxas médias de juros (efeito taxa) foi compensado pelo efeito da alteração na composição dos saldos (efeito saldo) no segmento de crédito livre às famílias, permanecendo estável a taxa média. No crédito livre às empresas, o efeito saldo foi determinante para o crescimento da taxa média, conforme mostra a tabela a seguir.

Crédito com Recursos Livres

	Taxas médias de juros (% a.a.)		Variações	Variações mensais (p.p.)		
	mai/25	jun/25	Efeito Taxa	Efeito Saldo	Total	
Pessoa Física	58,3	58,3	0,2	-0,2	0,0	
Pessoa Jurídica	24,2	24,3	0,0	0,1	0,1	
Total	45,4	45,4	0,1	-0,1	0,0	

O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de toda a carteira de crédito do SFN, situou-se em 23,1% a.a. em junho, com elevações de 0,1 p.p. no mês e de 1,3 p.p. em doze meses.

O percentual de inadimplência das operações de crédito total do SFN, considerados os atrasos superiores a 90 dias, aumentou 0,1 p.p. no mês, situando-se em 3,6%. Em doze meses, o indicador avançou 0,4 p.p.

No crédito livre, a inadimplência atingiu 5,0% da carteira, com incremento mensal de 0,1 p.p. e de 0,5 p.p. em doze meses. A inadimplência no crédito livre às pessoas jurídicas manteve-se estável no mês e em doze meses, representando 3,1% da carteira. No crédito livre às pessoas físicas, a inadimplência alcançou 6,3% da carteira, com incrementos de 0,1 p.p. no mês e de 0,8 p.p. em doze meses.

Em <u>maio</u>, o endividamento das famílias situou-se em 49,0%, com crescimentos de 0,1 p.p. no mês e de 1,4 p.p. em doze meses. O comprometimento de renda avançou 0,4 p.p. no mês e 1,9 p.p. em doze meses, alcançando 27,8%.

3. Agregados monetários

A base monetária alcançou R\$451 bilhões em junho, com diminuição de 0,2% no mês e elevação de 3,2% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação cresceu 1,6%, enquanto as reservas bancárias recuaram 6,7%.



Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, apresentaram impacto contracionista as operações do setor externo, R\$5,1 bilhões, as operações com derivativos, R\$20,9 bilhões, e as operações com títulos públicos federais, R\$62,1 bilhões (colocações líquidas de R\$164,8 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R\$102,7 bilhões no mercado secundário). Do lado expansionista, contribuíram as operações do Tesouro Nacional, R\$34,2 bilhões, e os depósitos de instituições financeiras, R\$43,9 bilhões (impactado principalmente pela liberação de depósitos voluntários a prazo, +R\$47 bilhões, e pelos recolhimentos de recursos de caderneta de poupança, -R\$1,2 bilhão, e de depósitos a prazo em espécie, -R\$3 bilhões).

Os meios de pagamento restritos (M1) totalizaram R\$633,5 bilhões, redução de 2%, resultado da elevação do papel-moeda em poder do público em 1,4% e da diminuição dos depósitos à vista em 5,1%. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 recuou 3,5% no período.

Os agregados monetários no conceito M2 aumentaram 0,1% no mês, com saldo total de R\$6,9 trilhões, refletindo aumento de 0,3% nos saldos dos títulos privados emitidos por instituições financeiras, que totalizou R\$5,2 trilhões. Essa variação foi contrabalançada pela contração do saldo do M1. No período, o saldo da poupança aumentou 0,4%, após captações líquidas de R\$2,1 bilhões. Os saldos das letras financeiras e das letras de crédito cresceram, respectivamente, 0,6% e 0,1%.

O M3 avançou 0,3% em junho, totalizando R\$12,7 trilhões, resultado do crescimento do saldo das quotas de fundos monetários, que totalizou R\$5,6 trilhões (+1,3%). As operações compromissadas com títulos públicos federais e com títulos privados recuaram, respectivamente, 21,8% e 3,3%. O M4 expandiu 0,1% no mês, totalizando R\$13,9 trilhões, apesar da redução do saldo de títulos públicos do Tesouro Nacional em poder dos residentes.

4. Limitação do montante de juros e encargos financeiros em cartões de crédito

A <u>Lei nº 14.690</u>, de 3 de outubro de 2023, determinou que, no crédito rotativo e no parcelamento do saldo devedor das faturas de cartões de crédito e de outros instrumentos de pagamento pós-pagos, o montante total cobrado a título de juros e encargos financeiros não poderá exceder o valor original da dívida.

Visando contribuir para o acompanhamento dos efeitos dessa legislação, o Banco Central passou a divulgar em página específica os percentuais acumulados dos montantes de juros e encargos nas operações de cartão rotativo e parcelado a partir da entrada em vigor da lei. Esses dados mostram a distribuição de frequência da proporção dos montantes de juros e encargos financeiros cobrados pelas instituições financeiras em relação ao valor original da dívida e estão disponíveis no endereço www.bcb.gov.br/estatisticas/juros-cartao-de-credito ou pelo caminho Estatísticas > Taxas de Juros > Juros acumulados no cartão de crédito.



		Percentil 25	Percentil 50	Percentil 75	Percentil 99
BANCO BMG S.A.	mar/25	17,64	27,17	43,40	72,60
	abr/25	15,93	19,91	26,87	72,72
	mai/25	10,29	18,69	27,96	72,47
	jun/25	14,60	23,11	36,23	72,47
BANCO BRADESCARD	mar/25	5,29	16,98	28,83	87,66
	abr/25	5,32	16,74	28,63	90,42
	mai/25	4,59	15,68	28,19	100,00
	jun/25	3,93	11,72	22,60	100,00
BANCO BRADESCO S.A.	mar/25	6,62	17,44	34,90	92,48
	abr/25	6,39	18,10	34,95	90,49
	mai/25	6,30	16,51	35,88	100,00
DAVIGO DIVO A	jun/25	5,92	14,89	30,95	100,00
BANCO BV S.A.	mar/25	4,22	11,59	29,68	97,28
	abr/25	3,48	7,42	24,80	96,98
	mai/25	4,22	11,58	25,90	92,72
BANCO C6 S.A.	jun/25 mar/25	4,22	10,87	25,97	89,62 61,54
BANCO CO S.A.	abr/25	4,09 4,09	7,53 7,25	16,75 16,03	59,42
	mai/25	4,05	6,80	14,06	58,03
	jun/25	4,03	6,83	13,81	58,81
BANCO CSF S.A.	mar/25	9,30	19,09	33,44	91,68
BARGO GGI G.A.	abr/25	9,92	19,93	34,74	92,02
	mai/25	10,45	21,26	36,90	92,42
	jun/25	10,26	21,50	37,88	92,58
BANCO PAN	mar/25	5,02	15,00	21,10	68,25
-	abr/25	5,02	15,00	23,01	68,23
	mai/25	5,52	15,00	22,09	68,85
	jun/25	5,36	15,00	24,18	68,70
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	mar/25	6,61	16,78	31,61	71,75
,	abr/25	6,60	17,91	32,62	73,31
	mai/25	7,31	17,97	32,86	75,91
	jun/25	5,71	16,36	33,06	80,25
BCO DO BRASIL S.A.	mar/25	1,71	10,53	15,68	79,60
	abr/25	1,91	10,54	16,46	79,32
	mai/25	1,67	11,78	16,52	79,33
	jun/25	1,84	10,73	16,44	79,20
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	mar/25	5,24	9,51	15,28	55,92
	abr/25	4,42	9,73	16,10	56,47
	mai/25	4,92	10,60	16,10	56,69
ITAÚ LINIDANGO O A	jun/25	4,73	10,59	16,20	56,92
ITAÚ UNIBANCO S.A.	mar/25	5,83	15,36	34,25	100,00
	abr/25	5,96	16,27	34,92	100,00
	mai/25 jun/25	6,60 6,12	16,90 17,20	35,93 37,27	100,00 100,00
LUIZACRED S.A. SCFI	mar/25	5,73	15,79	34,63	100,00
LUIZACKED S.A. SCI I	abr/25	5,77	16,29	34,68	100,00
	mai/25	6,40	17,40	36,12	100,00
	jun/25	5,58	17,48	38,29	100,00
NU FINANCEIRA S.A. CFI	mar/25	4,86	12,98	24,50	96,63
	abr/25	4,58	12,52	25,27	96,52
	mai/25	5,21	13,09	25,52	96,89
	jun/25	6,69	20,34	58,13	97,31
PORTOSEG S.A. CFI	mar/25	6,33	15,77	32,45	98,35
	abr/25	6,30	16,86	32,53	97,96
	mai/25	6,43	16,84	32,70	98,77
	jun/25	6,27	16,14	31,84	98,36
REALIZE CFI S.A.	mar/25	4,54	8,00	17,40	71,53
	abr/25	4,51	7,72	17,99	76,78
	mai/25	4,49	6,66	17,40	76,78
	jun/25	4,50	7,72	17,40	71,53
		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	·	·	